

Termo de Referência 16/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2025	153164-UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA. MARIA/RS	AIDA TERESINHA LOPES BRITES	30/01/2025 13:33 (v 3.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23081.008265/2025-65

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Registro de preços para Instalação e manutenção de condicionadores de ar para o campus da UFSM em Santa Maria/RS e de instalação para o Campus da UFSM em Cachoeira do Sul/RS, nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), pois são usuais no mercado e não há necessidade de projetos adicionais para a formulação das propostas por parte da(s) empresa(s) participante(s).
- 1.3. As quantidades constantes da relação anexam serão fornecidas pela Licitante Vencedora, relativas a cada item, mediante a emissão da Nota de Empenho, de acordo com o disposto neste Edital e condições expressas na proposta, através de fornecimento parcial, de acordo com as necessidades da Unidade Solicitante da UFSM.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, em anexo aos autos do processo.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexados aos autos do presente processo.*

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Vistoria

4.3. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de **segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 13:00 horas**.*

4.4. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. A Licitante agendar com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas através dos e-mails filipe.camapnhola@ufsm.br ou joao.fidler@ufsm.br com os engenheiros Filipe ou João.*

4.4.1. O período para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil da publicação do edital, estendendo-se até 1 (um) dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.5. *A declaração de vistoria será emitida pela unidade responsável pelo agendamento, de forma presencial, ao representante legal da empresa ou responsável técnico, que deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.6. *Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.7. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

Sustentabilidade

4.8. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os critérios baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.8.1. *Todas as peças substituídas devem ser entregues ao setor responsável da Pró-Reitoria de Infra-estrutura (PRONFRA). Caso o responsável libere, a Licitante vencedora se responsabiliza por descarte adequado da peça substituída, obedecendo à todas normas ambientais vigentes. A Licitante vencedora ainda se responsabiliza pelo descarte adequado de todos insumos utilizados na manutenção, tais como lubrificantes, gases, embalagens, fibras, tecidos e qualquer outro material de uso direto ou indireto nas atividades de manutenção.*

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, observando o atendimento às normas e legislação brasileira vigente:

- 5.1. Os serviços devem ser realizados de segunda a sexta em horário de expediente da UFSM, conforme calendário institucional. Os serviços devem ser previamente agendados com o solicitante. Serviços fora do horário comercial só poderão ser realizados mediante aprovação do responsável da UFSM e agendamento prévio.
- 5.2. A licitante vencedora deve realizar visita e vistoria em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação, elaborando orçamento a ser encaminhado ao solicitante, discriminando todos os serviços necessários, conforme os itens da Listagem Anexa ao Termo de Referência;
- 5.3. O orçamento fornecido deve possuir no mínimo as seguintes informações: número do orçamento, nome e contato do solicitante, data, modelo e local do aparelho, valor e item correspondente do pregão.
- 5.4. Os serviços devem ser concluídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a recebimento do empenho SIAFI;
- 5.5. A Licitante Vencedora deve realizar serviços prioritários em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis. Os serviços prioritários serão definidos pelo fiscal do registro de preços, sendo solicitados até 2 (dois) serviços prioritários por semana para cada grupo do termo de referência;
- 5.6. A Licitante Vencedora deve ser capaz de realizar, no mínimo, 25 (vinte e cinco) instalações /manutenções semanais referentes a cada grupo do termo de referência, não sendo somados serviços de grupos diferente nos caso de contratação da mesma empresa;
- 5.7. Por 90 (noventa) dias após a conclusão dos serviços, a licitante vencedora é responsável pelo pleno funcionamento do aparelho instalado ou consertado, sem qualquer ônus para a UFSM, independente do defeito ocorrido;
- 5.8. Eventuais despesas com deslocamento, passagens, alimentação e outras relacionadas ao fornecimento de peças e serviços são de responsabilidade da licitante vencedora;
- 5.9. A licitante vencedora é responsável pelo adequado descarte dos resíduos gerados pela execução dos serviços;
- 5.10. A licitante vencedora deverá manter planilha de controle, contendo no mínimo os seguintes itens: capacidade e local do aparelho, nome e contato do solicitante, data da solicitação, número e valor do orçamento, data de recebimento do SIAFI, número do empenho, data de realização do serviço, nome do servidor que acompanhou a manutenção, nome do técnico que executou o serviço e número do processo PEN que originou a demanda.
- 5.11. Quando requisitada, a licitante vencedora deverá submeter a planilha de controle atualizada à fiscalização da UFSM, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da solicitação.
- 5.12. A licitante vencedora deverá enviar semanalmente a relação de serviços realizados na semana anterior e a programação da semana seguinte, no máximo, até às 12h00min da segunda-feira posterior à semana de realização dos serviços.
- 5.13. Após a realização do serviço, o técnico responsável pela execução deve solicitar o preenchimento da ficha recebimento do serviço pelo servidor que acompanhou a manutenção. As fichas devem ser encaminhadas juntamente com a relação dos serviços executados na semana.
- 5.14. Os serviços realizados pelos técnicos serão submetidos a vistoria final pela equipe da PROINFRA, somente após a realização da vistoria que as notas poderão ser encaminhadas para pagamento.

Local e horário da prestação dos serviços

Os serviços serão prestados nos diversos Campi da UFSM, nos estado do Rio Grande do Sul, sendo nas seguintes cidades:

Grupo 1: Instalação em Santa Maria, São João do Polêsine e Silveira Martins/RS;

Grupo 2: Instalação em Cachoeira do Sul/RS;

Grupo 3: Manutenção em Santa Maria, São João do Polêsine e Silveira Martins/RS;

- 5.15. Os serviços serão prestados em horário comercial ou mediante agendamento prévio desde que autorizado pela fiscalização do registro de preços.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.16. Constituem objeto deste Termo de Referência, além dos itens já mencionados, os seguintes serviços:

- 5.16.1. A licitante vencedora deverá fornecer serviços de instalação e/ou manutenção abrangendo todos os tipos de aparelhos de ar condicionado listados no termo de referência.
- 5.16.2. Os serviços incluem materiais, serviços necessários para a correta instalação, desinstalação e manutenção dos aparelhos, quando necessário.
- 5.16.3. A licitante vencedora fica responsável por realizar os serviços em todos os ambientes, inclusive na realização de trabalho em altura, sem qualquer custo adicional.
- 5.16.4. A licitante vencedora deverá realizar uma reunião de alinhamento em até 15 dias após a homologação da licitação, apresentando os contatos dos técnicos responsáveis.
- 5.16.5. A licitante vencedora deve disponibilizar e-mail e contato telefônico para atendimento em horário comercial
- 5.16.6. A licitante vencedora deve apresentar um engenheiro ou técnico responsável devidamente registrado no conselho de classe;
- 5.16.7. Os serviços devem ser realizados apenas com acompanhamento de engenheiro ou técnicos eletrônicos ou técnicos mecânicos ou eletromecânicos;
- 5.16.8. A licitante vencedora deve possuir pessoal com equipamento e treinamento para realização de trabalhos em altura (conforme NR 35), em eletricidade (conforme NR 10), em máquinas e equipamentos (conforme NR 12) e na indústria da construção (conforme NR 18);
- 5.16.9. A licitante vencedora deve apresentar à PROINFRA, em até 30 dias após a homologação da licitação, os seguintes itens:
- 5.16.10. Cópia dos atestados de saúde ocupacional (ASO) de todos os trabalhadores que prestarão serviços na UFSM;
- 5.16.11. Cópia da ordem de serviço contendo as informações e orientações quanto a segurança e saúde do trabalho (conforme NR 1);
- 5.16.12. Cópia dos certificados dos treinamentos atualizados e devidamente validados;
- 5.16.13. Cópia da ficha de registro de entrega de EPI;
- 5.16.14. Quando a atividade demandar trabalho em altura, a licitante vencedora deverá fornecer, antes da execução do serviço:
- 5.16.15. Análise de riscos, conforme item 35.5.5 da NR 35;
- 5.16.16. Permissão de trabalho (quando aplicável), conforme item 35.5.8 da NR 35;
- 5.16.17. Procedimento de trabalho (procedimento operacional), conforme item 35.5.6 da NR 35;
- 5.16.18. Identificação da forma de supervisão, conforme item 35.5.5.1.m da NR 35;
- 5.16.19. Autorização para os trabalhadores realizarem atividades em altura (anuência formal), conforme item 35.4.1 da NR 35;
- 5.16.20. Procedimentos de emergência e salvamento, em caso de acidente, conforme 35.7 da NR 35;

Materiais a serem disponibilizados

5.17. Para a perfeita execução dos serviços, a Licitante Vencedora deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

- 5.17.1. Deverão ser fornecidos, pela Licitante Vencedora, às suas expensas, todos os equipamentos e ferramentas necessários ao fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência, inclusive escadas, andaimes e guindastes, se necessário.
- 5.17.2. Deverão ser fornecidos, pela Licitante Vencedora, às suas expensas, todos os materiais de consumo, tais como graxas, óleos, solventes, estopa, etc., necessários ao fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência, devendo todos ser de primeira qualidade.
- 5.17.3. A Licitante Vencedora deverá fornecer todo o material e mão de obra necessários para a perfeita execução dos serviços.
- 5.17.4. Todas as peças substituídas devem ser entregues ao GESTOR do contrato. Caso o mesmo libere, a Licitante Vencedora se responsabiliza por descarte adequado da peça substituída, obedecendo à todas normas ambientais vigentes. A Licitante Vencedora ainda se responsabiliza pelo descarte adequado de todos insumos utilizados na manutenção, tais como lubrificantes, gases, embalagens, fibras, tecidos e qualquer outro material de uso direto ou indireto nas atividades de manutenção

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.18. Os quantitativos presentes na relação de itens se baseiam em contratações de anos anteriores, sendo o quantitativo máximo a ser contratado. Não há um quantitativo mínimo, pois o mesmo depende das necessidades e dos recursos orçamentários disponíveis pelas unidades, não sendo garantido nenhum quantitativo de contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133 /2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. A fiscalização do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e /ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

1. o prazo de validade;
2. a data da emissão;
3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. o período respectivo de execução do contrato;
5. o valor a pagar; e
6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.22.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.23. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será PARCIAL, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. *Ato de autorização para o exercício da atividade: não se aplica a esta licitação*

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

Qualificação Técnica

8.18. Declaração de vistoria, conforme subitem 4.5 deste Termo de Referência.

8.19. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme subitem 4.6 deste Termo de Referência.

8.20. A licitante deverá comprovar a sua qualificação, mediante a apresentação, em uma única via, de cópia(s) autenticada(s), ou cópia(s) acompanhada(s) do(s) original(is), de atestado(s), expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para desempenho de atividades pertinentes ao objeto da licitação. No(s) atestado(s) deverá constar o nome da pessoa de contato e telefone. Caso conste informações desatualizadas no(s) atestado(s) a licitante deverá informar os dados atualizados.

8.21. Comprovar, mediante apresentação de Certidão de Conselho Representativo (CREA, CFT ou outro), de que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional devidamente reconhecido por entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica para a execução dos serviços de características semelhantes ao objeto licitado. A prova poderá ocorrer mediante apresentação da cópia da CTPS, do Contrato Social da Empresa (no caso de ser sócio da mesma), por contrato particular de prestação de serviços nos termos da legislação vigente ou por qualquer outro meio de comprovação.

8.21.1. Apresentar a Certidão de Regularidade perante o Conselho equivalente, dos Responsáveis Técnicos que irão realizar os serviços;

8.22. No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.22.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.22.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.22.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 10.830.670,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 10.830.670,00 (*Dez milhões oitocentos e tinta mil, seiscentos e setenta reais*), conforme custos unitários apostos na *tabela anexa*.

9.2. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

9.2.1. *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.2.2. *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

9.2.3. *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

9.2.4. *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será indicada por ocasião da emissão da Nota de Empenho ou de outro instrumento hábil.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AIDA TERESINHA LOPES BRITES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 30/01/2025 às 13:33:07.

JANE LUCIA SARTORI LAMPERT

Equipe de apoio

TEREZA GIULIANI

Equipe de apoio